

1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DEODÁPOLIS-MS

Processo Seletivo - N. 001/CM/DC/CA/ 2024 de 29 de agosto de 2024.

PROVA DISSERTATIVA - MANHÃ

Cargo: Suplente do Conselheiro Tutelar

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este **Caderno de Questões**, com o enunciado de uma questão dissertativa e de uma questão de revisão textual, sem repetição ou falha, com valor de 5 pontos.
 - b) **Caderno de Respostas da Prova dissertativa**.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Caderno de Respostas da Prova dissertativa**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Caderno de Respostas da Prova dissertativa**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 05 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
 - c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões**;
 - d) se recusar a entregar o **Caderno de Questões**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - e) não assinar a **Lista de Presença** e(ou) o **Caderno de Respostas da Prova dissertativa**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Faltando 1 (uma) hora para o encerramento candidato **poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 06 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para responder no **Caderno de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 07 - O tempo disponível para esta Prova objetiva é de **4 (horas) horas**, já incluído o tempo para responder no **Caderno de Respostas da Prova dissertativa**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Caderno de Questões**, o **Caderno de Respostas da Prova** e assinar a **Lista de Presença**.
- 08 - As questões da Prova objetiva e dissertativa estarão disponíveis a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página do Fronte Concursos e Projetos (www.fronteprojetos.com.br).

QUESTÃO DISSERTATIVA

Brasil tem histórico de alto índice de violência escolar: veja dados sobre agressão contra professores

Ataque com faca em uma escola estadual de São Paulo que deixou uma professora morta e mais quatro pessoas feridas jogou luz sobre violência nas salas de aula do país.

Por g1

27/03/2023 13h52 · Atualizado há um ano

Levantamento global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coloca o país entre os de índices mais altos do mundo no ranking das agressões contra professores - e que têm se mantido estável nos últimos anos.

Ambiente mais propício ao bullying: estudo divulgado em 2019 apontou que as escolas brasileiras são ambiente mais propício ao bullying e à intimidação do que a média internacional. Foram entrevistados 250 mil professores e líderes escolares de 48 países ou regiões.

Situações de intimidação: 28% dos diretores escolares brasileiros relataram ter testemunhado situações de intimidação ou bullying entre alunos, o dobro da média da OCDE.

Abuso verbal: semanalmente, 10% das escolas brasileiras pesquisadas registram episódios de intimidação ou abuso verbal contra educadores, segundo eles próprios, com "potenciais consequências para o bem-estar, níveis de estresse e permanência deles na profissão", diz a pesquisa. A média internacional é de 3%.

Agressividade "normalizada": A OCDE não analisou os motivos por trás desses índices, mas apontou que o bullying e a agressividade acabaram sendo "normalizados" e minimizados, com impactos negativos sobre o aprendizado.

Intimidação semanal: Em 2017, estudo semelhante da OCDE mostrou que 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. Era o índice mais alto entre os 34 países pesquisados - a média entre eles é de 3,4%.

Após leitura da reportagem feita pelo G1, escreva uma redação, entre 20 e 30 linhas, sobre o tema acima.

(Valor: 5,0 pontos)

PROVA DISSERTATIVA

Nome	
CPF	
Inscrição	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DEODÁPOLIS-MS

Processo
Seletivo - N.
001/CM/DC/CA
2024 de 29
de agosto de
2024.

PROVA OBJETIVA - MANHÃ
Cargo: Conselheiro Tutelar

CONHECIMENTOS GERAIS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 25 (vinte e cinco) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
 - Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, *mp3 player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
 - se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Faltando 1 (uma) hora para o encerramento candidato **poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 10 - **O tempo disponível para esta Prova objetiva e a Prova Discursiva é de 4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para marcação do **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **FRONTE CONCURSOS E PROJETOS** (www.fronteprojetos.com.br).

O crescimento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil.

A cada hora, três crianças são vítimas de violência sexual no país. Segundo o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde divulgado em 2023, entre 2015 e 2021 foram praticados 83.571 (41,2%) casos de violência contra crianças (0 a 9 anos), 119.377 (58,8%) contra adolescentes (10 a 19 anos) e 3.386 envolvendo bebês com até um ano de idade, sendo em sua maioria estupro, assédio e pornografia.

Outros dados alarmantes que chamam atenção são os trazidos pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e apontam que nos quatro primeiros meses de 2023, foram registradas 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes pelo Disque 100 – um aumento de quase 70% em relação ao mesmo período de 2022. Os números também mostram que 320 crianças e adolescentes são explorados sexualmente no Brasil e que esse índice pode ser ainda maior, considerando a naturalização da violência e as subnotificações, pois apenas 7 a cada 100 casos são denunciados.

Diante desse contexto preocupante, o 18 de maio demarca o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei Federal nº 9.970/2000, após um caso emblemático de violência sexual contra a menina Araceli, de apenas 8 anos, que chocou o país. Desde então, tem sido um marco anual para conscientizar a população sobre a gravidade da situação de violência contra crianças e adolescentes, chamando a atenção de toda a sociedade para a urgência e relevância na tomada de medidas que garantam a proteção integral de crianças e adolescentes, promovendo ações de incidência política e amplas atividades de sensibilização sobre a temática. Além disso, busca fortalecer a divulgação dos canais de denúncia e apoio às vítimas, e reiterar a importância de delatar os casos de abuso.

Lamentavelmente, tal cenário ainda se faz muito presente e perdura desde antes da promulgação do marco regulatório dos direitos humanos para a infância e adolescência no Brasil, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Diante desse contexto, é perceptível que

ainda se fazem necessárias iniciativas concretas para a efetivação de políticas públicas que garantam, de fato, a proteção e os direitos de crianças e adolescentes, focando em medidas de prevenção e respostas efetivas baseadas no interesse superior da pessoa sobrevivente ao abuso.

Infelizmente, a violência sexual é uma triste realidade que acomete a infância e adolescência, sobretudo, de meninas. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 75% das vítimas são meninas e, em sua maioria, meninas negras. O que comprova que a violência é um fenômeno interseccional, apresentando, principalmente, marcações de gênero e raça.

Importante ressaltar que 81% dos casos de abuso contra crianças e adolescentes são praticados por pessoas próximas da vítima e em ambiente familiar, de acordo com dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o que demanda maior cuidado e atenção ao que se refere às medidas para a proteção infantil e aos sinais que crianças e adolescentes vítimas de violência sexual podem demonstrar.

Tal fato também evidencia a importância na conscientização e no investimento na autoproteção de crianças e adolescentes, de forma que possam participar de suas próprias proteções. Com esse objetivo, a Plan International Brasil implementa projetos como Cambalhotas, Down to Zero (DTZ) e Aprender e Proteger, que focam na promoção de conhecimentos específicos que auxiliem crianças e adolescentes a identificarem situações de violência e diferenciarem um carinho de um abuso, sabendo onde buscar ajuda diante de circunstâncias ameaçadoras. Os projetos oferecem informações por meio de oficinas socioeducativas adequadas às faixas etárias de participantes. A família e o Sistema de Garantia de Direitos também são envolvidos, por meio de uma abordagem centrada na educação positiva e na oferta de ambientes saudáveis e livres de violência, com o intuito de garantir a proteção integral a crianças e adolescentes.

A autoproteção infantil vem acompanhada da educação sexual, uma vez que implementada de forma assertiva e responsável, é considerada a uma das principais formas de prevenção às violências por abordar conceitos de consentimento, integridade corporal, sentimentos, emoções,

sonhos, identidade e tipos de toques que adultos estão autorizados ou não em relação aos seus corpos. É essencial para o desenvolvimento natural e integral de todo ser humano, e quando disseminada com qualidade, responsabilidade e conteúdo adequado a cada faixa etária, é extremamente protetiva.

Crianças e adolescentes sempre devem ser ouvidos e suas falas levadas em consideração. Comportamentos e possíveis mudanças bruscas são fatores de alerta. Por isso, é importante que seus responsáveis estejam sempre atentos.

Por isso, caso haja alguma suspeita, a orientação é acolher, transmitir confiança e demonstrar preocupação com o bem-estar da vítima, sem se esquecer de denunciar o caso pelo Disque 100. Lembre-se que a proteção das crianças e adolescentes é uma responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, ou seja, é uma responsabilidade de todas e todos nós.

Fonte: <https://plan.org.br/noticias/por-que-precisamos-falar-de-violencia-contra-criancas/> (Acessado no dia 03/10/2024)

LINGUA PORTUGUESA

Questão 1

Qual é a principal mensagem do texto sobre a violência contra crianças e adolescentes no Brasil?

- A) A violência sexual contra crianças é um problema que afeta apenas algumas regiões do Brasil.
- B) A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno em declínio no país.
- C) Há uma necessidade urgente de políticas públicas e ações de conscientização para proteger crianças e adolescentes.
- D) O aumento da violência é um reflexo da falta de educação sexual nas escolas.
- E) A violência contra crianças e adolescentes é causada principalmente por fatores sociais.

Questão 2

Segundo o texto, qual evento desencadeou a criação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes?

- A) O caso de violência sexual contra a menina Araceli.
- B) O aumento das denúncias de violência contra crianças.
- C) A promulgação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D) A criação do Disque 100.
- E) A implementação de projetos de autoproteção infantil.

Questão 3

Qual é um dos dados alarmantes apresentados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em relação a 2023?

- A) A maioria dos casos de violência é registrada em escolas.
- B) O número de violações sexuais aumentou em quase 70% em comparação com 2022.
- C) A maioria das vítimas é do sexo masculino.
- D) Apenas 3% dos casos são denunciados.
- E) O número de crianças exploradas sexualmente está em declínio.

Questão 4

Quais são os projetos mencionados no texto que visam a autoproteção de crianças e adolescentes?

- A) ECA e Disque 100.
- B) Cambalhotas, Down to Zero (DTZ) e Aprender e Proteger.
- C) Projetos de assistência social e educação pública.
- D) Campanhas de conscientização nas redes sociais.
- E) Programas de apoio psicológico para vítimas de violência.

Questão 5

O texto menciona que 81% dos casos de abuso contra crianças e adolescentes são praticados por:

- A) Estranhos que se aproveitam da vulnerabilidade da vítima.
- B) Estruturas sociais e culturais da sociedade.
- C) Profissionais da saúde e da educação.
- D) Membros da comunidade onde a criança vive.
- E) Pessoas próximas da vítima e em ambiente familiar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 6

De acordo com a Lei de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente (ECA), qual das alternativas abaixo define corretamente as idades consideradas para "criança" e "adolescente"?

- A) Criança: até 12 anos completos; Adolescente: entre 12 e 18 anos completos.
- B) Criança: até 12 anos incompletos; Adolescente: entre 12 e 18 anos incompletos.
- C) Criança: até 12 anos incompletos; Adolescente: entre 12 e 18 anos completos.
- D) Criança: até 12 anos completos; Adolescente: entre 12 e 21 anos completos.
- E) Criança: até 14 anos completos; Adolescente: entre 14 e 18 anos incompletos.

Questão 7

Com base no Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que o desenvolvimento da criança e do adolescente deve ser assegurado:

- A) Através da garantia de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, além de oportunidades que assegurem seu desenvolvimento integral em condições de liberdade e dignidade.

B) Apenas em relação ao desenvolvimento físico e social, sendo os aspectos morais e espirituais considerados de responsabilidade exclusiva da família.

C) Somente por meio de oportunidades educacionais oferecidas pelo Estado, sem a necessidade de intervenções familiares ou sociais.

D) Principalmente por meio da legislação, não sendo necessária a garantia de condições de liberdade e dignidade para o desenvolvimento integral.

E) Através de uma educação rígida, nas condições e padrões impostos e escolhidos pelos pais ou responsáveis legais, mesmo que em dispositivo contrário à legislação vigente.

Questão 8

De acordo com o Art. 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quais direitos são garantidos à criança e ao adolescente como pessoas humanas em desenvolvimento?

- A) Apenas os direitos civis.
- B) Direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
- C) Apenas os direitos sociais.
- D) Somente os direitos garantidos pela família.
- E) Os direitos fundamentais estabelecidos pela CF/88 no tocante à liberdade de escolha de trabalho, função ou ofício.

Questão 9

O direito à liberdade, previsto no Art. 16 do ECA, inclui a possibilidade da criança e do adolescente:

- A) Apenas de frequentar a escola.
- B) Somente de praticar esportes, sem outras atividades recreativas.
- C) Apenas de brincar e participar de atividades políticas.
- D) De ir, vir e estar em espaços públicos, expressar opiniões e participar de atividades religiosas.
- E) Estudar e trabalhar em detrimento à sua condição, favorável ou não, financeira.

Questão 10

Com base nos pressupostos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito ao respeito garante a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente. Qual das alternativas abaixo NÃO está diretamente relacionada a esse direito?

- A) A preservação da imagem, identidade e autonomia.
- B) A garantia de segurança e proteção contra violência física.
- C) A preservação dos valores, ideias e crenças.
- D) A proteção dos espaços e objetos pessoais.
- E) A imposição de restrições ao direito de opinião da criança e do adolescente.

Questão 11

Está delimitado em legislação pátria que é dever de todos proteger a dignidade da criança e do adolescente, evitando qualquer forma de tratamento desumano, violento, aterrorizante ou vexatório. Em relação a esse dever, assinale a alternativa correta:

- A) Somente os pais são responsáveis por garantir a dignidade da criança e do adolescente.
- B) Esse dever se aplica apenas em ambientes educacionais e familiares.
- C) Todos os cidadãos, sem exceção, têm a obrigação de garantir que a criança e o adolescente sejam protegidos de qualquer forma de tratamento desumano ou constrangedor.
- D) Apenas as autoridades públicas têm o dever de proteger a dignidade da criança e do adolescente.
- E) Somente profissionais da área da educação têm o dever de proteger a dignidade da criança e do adolescente.

Questão 12

De acordo com o Art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em caso de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou

degradante, e maus-tratos contra uma criança ou adolescente, qual medida deve ser tomada?

- A) Comunicar somente e obrigatoriamente à polícia local, que decidirá sobre as providências.
- B) A denúncia deve ser feita à escola, que é responsável por tomar as medidas necessárias.
- D) Apenas os pais ou responsáveis devem ser informados para tomar as providências cabíveis.
- C) O caso deve ser comunicado obrigatoriamente ao Conselho Tutelar da localidade, além de outras possíveis providências legais.
- E) A comunicação é opcional e depende da gravidade dos maus-tratos.

Questão 13

De acordo com o Art. 18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que pode acontecer com uma pessoa que usar castigo físico ou tratamento cruel para disciplinar uma criança ou adolescente?

- A) Ela será apenas advertida, sem outras medidas.
- B) Ela pode ser encaminhada para um tratamento psicológico ou psiquiátrico, dependendo do caso.
- C) Não existem medidas previstas para esse tipo de situação.
- D) A única medida aplicável é a advertência.
- E) Apenas a criança será encaminhada para tratamento especializado.

Questão 14

De acordo com o Art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar em qual das seguintes situações?

- A) Sempre que um aluno tirar notas baixas.
- B) Apenas quando os alunos deixarem de entregar trabalhos escolares.
- C) Apenas quando os alunos apresentarem problemas de comportamento em sala de aula.
- D) Quando os pais solicitarem acompanhamento

do Conselho Tutelar.

E) Quando ocorrerem maus-tratos envolvendo alunos, faltas injustificadas reiteradas, evasão escolar ou elevados níveis de repetência.

Questão 15

De acordo com o Art. 94-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as entidades que abrigam ou recebem crianças e adolescentes, mesmo que temporariamente, devem garantir:

- A) Que apenas os gestores sejam responsáveis por comunicar o Conselho Tutelar.
- B) Que os profissionais sejam capacitados a reconhecer e reportar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos ao Conselho Tutelar.
- C) Que tenham profissionais capacitados para educar as crianças e adolescentes em tempo integral.
- D) Que apenas a polícia seja acionada em casos de suspeita de maus-tratos.
- E) Que as crianças e adolescentes tenham acompanhamento psicológico diário.

Questão 16

De acordo com a Lei Nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, qual é o objetivo principal desta legislação?

- A) Estabelecer medidas socioeducativas para crianças e adolescentes infratores.
- B) Criar programas educativos para crianças vítimas de violência doméstica.
- C) Regular procedimentos de escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
- D) Proteger crianças e adolescentes apenas de violência física.
- E) Criar órgãos especializados em investigação criminal de violência infantil.

Questão 17

Segundo as disposições gerais da Lei Nº 13.431/2017, qual é a definição de "escuta especializada"?

- A) É o procedimento de coleta de informações em contexto escolar, sem a presença de autoridades policiais.
- B) É uma técnica terapêutica utilizada por profissionais de saúde mental para tratar crianças vítimas de violência.
- C) É o procedimento conduzido pelo Conselho Tutelar para verificar a situação de risco de crianças e adolescentes.
- D) É o procedimento de entrevista com criança ou adolescente, vítima ou testemunha de violência, realizado por órgão da rede de proteção, limitado ao estritamente necessário para o cumprimento de sua finalidade.
- E) É uma audiência pública onde a criança ou adolescente relata as situações de violência perante um juiz e um advogado.

Questão 18

O depoimento especial é um procedimento previsto na Lei nº 13.431/2017, que deve ser realizado de acordo com certos princípios e diretrizes. Sobre esses princípios, assinale a alternativa correta:

- A) O depoimento especial deve ser realizado apenas na presença de advogados das partes envolvidas, sem a necessidade de assistência de um psicólogo ou assistente social.
- B) O depoimento especial deve ser realizado exclusivamente na fase de instrução do processo judicial, sem possibilidade de ser utilizado em outras fases ou procedimentos administrativos.
- C) O depoimento especial deve ser realizado em ambiente informal, apropriado e acolhedor, por profissional capacitado, evitando a revitimização da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.
- D) A criança ou o adolescente deve ser ouvido durante o depoimento especial por qualquer pessoa da rede de proteção, sem necessidade de

preparo ou capacitação prévia.

E) O depoimento especial não pode ser gravado ou registrado em nenhum tipo de mídia, visando manter a privacidade da criança ou do adolescente.

Questão 19

De acordo com a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, sobre o papel da assistência social previsto na referida lei, assinale a alternativa correta:

A) A assistência social deve atuar apenas em casos em que a criança ou adolescente não possua apoio familiar, sendo acionada somente quando não houver qualquer responsável legal disponível para prestar cuidados.

B) A atuação da assistência social é opcional no processo de proteção da criança ou adolescente, podendo ser dispensada quando os pais ou responsáveis não desejarem esse apoio.

C) A assistência social deve ser acionada para garantir o acolhimento, a proteção social e o apoio psicossocial à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência, além de ofertar encaminhamento a outros serviços necessários para garantir seus direitos.

D) A assistência social deve atuar prioritariamente na investigação dos fatos de violência contra crianças ou adolescentes, coordenando as ações da polícia e do judiciário para garantir a efetiva responsabilização do agressor.

E) A atuação da assistência social está limitada à oferta de benefícios financeiros para famílias de crianças ou adolescentes vítimas de violência, não englobando ações de acompanhamento psicossocial ou de proteção social.

Questão 20

De acordo com a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, constitui crime violar sigilo processual relacionado ao depoimento de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência. A respeito dessa violação e sua penalidade, assinale a alternativa correta:

A) Permitir que pessoa estranha ao processo assista ao depoimento de criança ou adolescente é considerado crime apenas quando não houver autorização judicial, independentemente do consentimento do depoente ou de seu representante legal.

B) A pena para quem viola o sigilo processual e permite que terceiros assistam ao depoimento de criança ou adolescente é de detenção de 6 meses a 1 ano, e multa.

C) O crime de violação de sigilo processual ocorre quando o depoimento de criança ou adolescente é assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal, com pena prevista de reclusão de 1 a 4 anos e multa.

D) A violação do sigilo processual se configura apenas se houver a divulgação pública do depoimento da criança ou adolescente, não sendo considerado crime permitir que pessoa estranha ao processo assista ao depoimento em caráter privado.

E) A pena para a violação de sigilo processual de depoimento de criança ou adolescente é de reclusão de 6 meses a 2 anos, não sendo prevista multa para essa conduta.

Questão 21

A Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, que estabelece a assistência à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar, prevê medidas específicas para a proteção dessas vítimas. Considerando os objetivos dessa legislação, qual das seguintes opções indica corretamente uma das medidas de proteção previstas?

A) Realizar a retirada da criança ou do adolescente do convívio familiar sempre que houver suspeita de violência, sem necessidade de avaliação prévia.

B) Determinar o acompanhamento psicológico compulsório para todos os membros da família, inclusive o agressor, como medida obrigatória.

C) Priorizar a integração da criança ou adolescente em uma família substituta, mesmo que ainda haja possibilidade de reintegração à família de origem.

D) Garantir o atendimento especializado e

humanizado às vítimas, visando evitar a revitimização e respeitando os seus direitos à privacidade e proteção integral.

E) Transferir imediatamente a guarda da criança ou do adolescente ao Conselho Tutelar sempre que houver denúncia de violência doméstica ou familiar.

Questão 22

A Lei nº 14.344/2022 determina que o atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica e familiar deve ser realizado por equipes multidisciplinares. A respeito das características e diretrizes dessas equipes, qual alternativa NÃO está de acordo com o que estabelece a lei?

A) As equipes devem atuar de forma integrada, prestando apoio jurídico, social e psicológico à vítima.

B) A abordagem das equipes deve ser centrada na escuta especializada e na proteção da vítima, evitando qualquer tipo de exposição indevida.

C) A atuação das equipes é limitada apenas à fase inicial do atendimento, devendo ser transferida para outros órgãos após a coleta de informações.

D) As equipes devem ser compostas por profissionais capacitados e com experiência no atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência.

E) O atendimento deve ser realizado de forma a evitar a revitimização da criança ou adolescente, com abordagens sensíveis e que respeitem seus direitos.

Questão 23

De acordo com o Art. 13 do texto, no atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial possui uma série de responsabilidades para garantir a proteção e o bem-estar das vítimas. Entre as alternativas abaixo, qual delas não corresponde a uma providência prevista para a autoridade policial nesse contexto?

A) Encaminhar a vítima ao Sistema Único de Saúde e ao Instituto Médico-Legal imediatamente.

B) Encaminhar a vítima, familiares e testemunhas, quando crianças ou adolescentes, ao Conselho Tutelar para os devidos encaminhamentos.

C) Garantir proteção policial quando necessário, comunicando de imediato o Ministério Público e o Poder Judiciário.

D) Determinar a aplicação de medidas socioeducativas ao agressor imediatamente após a denúncia de violência.

E) Fornecer transporte para a vítima e seu responsável ou acompanhante, quando necessário, para serviço de acolhimento ou local seguro.

Questão 24

De acordo com a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, que institui a Lei Henry Borel e estabelece medidas protetivas para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar, qual das alternativas abaixo não está prevista como uma forma de proteção imediata à criança ou ao adolescente?

A) O afastamento do agressor do convívio familiar, podendo ocorrer de forma imediata quando necessário.

B) A proibição de contato do agressor com a criança, o adolescente, seus familiares e testemunhas.

C) A suspensão temporária do exercício do poder familiar do agressor sobre a vítima.

D) O ingresso obrigatório da criança ou adolescente em abrigos públicos até o julgamento do caso.

E) O encaminhamento da vítima para atendimento especializado no Sistema Único de Saúde (SUS).

Questão 25

Com base no texto legal sobre a omissão em comunicar situações de violência contra crianças ou adolescentes, escolha a alternativa correta que apresenta uma situação em que a pena é agravada:

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DEODÁPOLIS-MS

A) A omissão ocorre por qualquer pessoa que testemunha o fato, sem ser parente ou responsável.

B) A omissão é praticada por alguém que não conhece a vítima e não possui qualquer vínculo com ela.

C) A omissão resulta em qualquer tipo de sofrimento emocional para a criança ou adolescente.

D) A omissão resulta em lesão corporal grave ou morte, ou é praticada por parentes próximos ou responsáveis legais.

E) A pena é aumentada apenas se a omissão resultar em algum benefício financeiro para o responsável.